

**EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 832.447**  
**DISTRITO FEDERAL**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. MARCO AURÉLIO</b>
<b>EMBTE.(S)</b>	<b>: JOSÉ MAURÍCIO DE LIMA SOUZA</b>
<b>EMBTE.(S)</b>	<b>: FRANCISCO GERALDO SOARES CAVALCANTE</b>
<b>EMBTE.(S)</b>	<b>: DIRCEU BRAZ GOULART NETO</b>
<b>EMBTE.(S)</b>	<b>: JOSÉ ELIAS GOMES DE ALMEIDA</b>
<b>EMBTE.(S)</b>	<b>: JOBERTO MATTOS DE SANT'ANNA</b>
<b>EMBTE.(S)</b>	<b>: PETRUS ELESBÃO LIMA DA SILVA</b>
<b>EMBTE.(S)</b>	<b>: ANTONIO FLÁVIO TESTA</b>
<b>EMBTE.(S)</b>	<b>: ANTÔNIO BARBOSA DA SILVA</b>
<b>EMBTE.(S)</b>	<b>: ROBSON GOMES DO NASCIMENTO</b>
<b>EMBTE.(S)</b>	<b>: JOSÉ FRANCISCO DA COSTA</b>
<b>EMBTE.(S)</b>	<b>: DORACY CARVALHO REIS</b>
<b>EMBTE.(S)</b>	<b>: LAZARO DARQUE DE ALMEIDA</b>
<b>EMBTE.(S)</b>	<b>: CARLOS ALBERTO BASTOS DE MACEDO</b>
<b>EMBTE.(S)</b>	<b>: MYRIAN CARVALHO BECK</b>
<b>EMBTE.(S)</b>	<b>: SÉRGIO SAMPAIO BARRIGA</b>
<b>EMBTE.(S)</b>	<b>: FRANCISCO OLIVAL DE FREITAS FREIRE</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: JOSÉ LUIZ DE MENDONÇA MAHON JÚNIOR</b>
<b>EMBDO.(A/S)</b>	<b>: UNIÃO</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL</b>

**DECISÃO**

**EMBARGOS DECLARATÓRIOS – ERRO  
MATERIAL – PROVIMENTO PARCIAL.**

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO –  
MATÉRIA FÁTICA – INTERPRETAÇÃO  
DE NORMAS LEGAIS –  
INVIABILIDADE – DESPROVIMENTO  
DO AGRAVO.**

1. Às folhas 415 e 416, proferi a seguinte decisão:

**DECISÃO**

**CONTRIBUIÇÃO – PARCELAS  
REMUNERATÓRIAS – INCIDÊNCIA –  
REPERCUSSÃO GERAL ADMITIDA –  
BAIXA À ORIGEM.**

1. O Tribunal, no Recurso Extraordinário nº 593.068-8/SC, concluiu pela repercussão geral do tema relativo à incidência da contribuição social sobre parcelas não excluídas pela Lei nº 10.887/2004 – terço constitucional de férias, gratificação natalina e horas extras.

2. Ante o quadro, considerado o fato de o recurso veicular a mesma matéria, havendo a intimação da decisão de origem ocorrido posteriormente à data em que iniciada a vigência do sistema da repercussão geral, bem como presente o objetivo maior do instituto – evitar que o Supremo, em prejuízo dos trabalhos, tenha o tempo tomado com questões repetidas –, determino a devolução do processo à Turma Recursal. Faço-o com fundamento no artigo 328, parágrafo único, do Regimento Interno desta Corte, para os efeitos do artigo 543-B do Código de Processo Civil.

3. Publiquem.

O embargante, nos declaratórios de folhas 418 e 419, aponta contradição no julgado. Sustenta pretender o reconhecimento da inconstitucionalidade da incidência do Imposto de Renda sobre parcelas de natureza transitória – terço constitucional de férias –, e não de contribuição social.

A parte embargada apresentou contrarrazões de folhas 425 e 426,

## **ARE 832447 ED / DF**

defendendo o acerto do ato atacado.

2. Na interposição destes embargos, observaram-se os pressupostos de recorribilidade. A peça, subscrita por profissional da advocacia regularmente credenciado, foi protocolada no prazo legal. Conheço.

Possui razão parcial a embargante. O extraordinário versa a incidência do imposto de renda sobre valores recebidos a título de horas extras, não possuindo relação com o tema debatido no Recurso Extraordinário nº 593.068-8/SC.

O agravo, todavia, não deve ser provido ante o envolvimento de matéria eminentemente legal. O acórdão impugnado mediante o extraordinário revela interpretação de normas estritamente legais, não ensejando campo ao acesso ao Supremo. À mercê de articulação sobre a violência à Carta da República, pretende-se submeter a análise matéria que não se enquadra no inciso III do artigo 102 da Constituição Federal. Este agravo somente serve à sobrecarga da máquina judiciária, ocupando espaço que deveria ser utilizado na apreciação de outro processo.

3. Ante o quadro, provejo parcialmente os declaratórios para, reconsiderando a decisão de folhas 415 e 416, conhecer do agravo e o desprover.

3. Publiquem.

Brasília, 14 de outubro de 2015.

Ministro MARCO AURÉLIO  
Relator